



CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA
Edifício Parque Cidade Corporate, SCS Quadra 09, Lote C, Torre A, 8º andar –
Brasília – DF – CEP: 70.308-200 Telefones: (61) 2027-3213 / (61) 2027-3981
E-mail: conade@mdh.gov.br

Ata da 130ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência (CONADE)

Data: 08/11/2022 a 09/11/2022

1 Nos oito a nove dias do mês de novembro de dois mil e vinte dois, realizou-se 130ª Reunião
2 Ordinária do Conselho Nacional de dos Direitos da Pessoa com Deficiência (CONADE), sob a
3 Coordenação do Conselheiro Titular Cláudio de Castro Panoeiro, Secretário Nacional dos Direitos
4 da Pessoa com Deficiência do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos
5 (SNDPD/MMFDH). Estiveram presentes os seguintes Conselheiros/as Titulares e Suplentes – Dia
6 08/11/2022 - Manhã: Conselheira Titular Livia Moura Delfino dos Santos, Representante da Casa
7 Civil (CC); Conselheiro Titular Felipe Silva Belluci, Representante do Ministério da Ciência,
8 Tecnologia e Inovações (MCTI); Conselheira Titular Deusina Lopes da Cruz, Representante da
9 Secretaria de Desenvolvimento Social do Ministério da Cidadania (SEDS/MC); Conselheira Titular
10 Ana Kathya Silva Henriques, Representante da Secretaria Nacional de Políticas para as Mulheres do
11 Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (SNPM/MMFDH); Conselheira Suplente
12 Denise Maria Rodrigues Costa, Representante do Ministério da Saúde (MS); Conselheira Suplente
13 Reisla Josyane de Araújo Costa de Moura Dias, Representante da Secretaria de Previdência do
14 Ministério do Trabalho e Previdência (SPrev/MTP); Conselheira Titular Maria do Carmo Tourinho
15 Ribeiro, Representante da Associação Brasileira de Autismo (ABRA); Conselheiro Titular Raul de
16 Paiva Santos, Representante da Associação Brasileira de Saúde Coletiva (ABRASCO); Conselheira
17 Titular Juelina Nunes, Representante da Associação Brasileira da Síndrome de Williams (ABSW);
18 Conselheiro Titular Roberto Paulo do Vale Tiné, Representante da Associação de Pais, Amigos e
19 Pessoas com Deficiência, dos Funcionários do Branco do Brasil e da Comunidade (APABB);
20 Conselheiro Suplente Francisco Djalma de Oliveira, Representante da Associação de Pais, Amigos

21 e Pessoas com Deficiência, dos Funcionários do Branco do Brasil e da Comunidade (APABB);
22 Conselheiro Titular Décio Gomes Santiago, Representante da Fraternidade Cristã de Pessoas com
23 Deficiência do Brasil (FCD/BR); Conselheiro Titular Adinilson Marins dos Santos, Representante
24 da Federação Nacional das APAEs (FENAPAES); Conselheira Suplente Giovanna Brandão Silva
25 Lima, Representante da Federação Nacional das APAEs (FENAPAES); Conselheiro Titular Jonas
26 Pontes de Oliveira Brito, Representante da Federação Nacional das Associações Pestalozzi
27 (FENAPESTALOZZI); Conselheiro Suplente Carlos Henrique Viana, Representante da Federação
28 Nacional das Associações Pestalozzi (FENAPESTALOZZI); Conselheiro Suplente Gabriel Franca
29 do Couto, Representante da Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos (FENEIS);
30 Conselheira Suplente Nancy Castro Segadilha, Representante da Ordem dos Advogados do Brasil
31 (OAB); Conselheiro Titular Marcio Castro de Aguiar, Representante da Organização Nacional de
32 Cegos do Brasil (ONCB); Conselheiro Titular Geziel Bezerra da Silva, Representante da
33 Organização Nacional de Entidades de Deficientes Físicos (ONEDEF); Conselheira Titular Marcia
34 Adão, Representante da União Geral dos Trabalhadores (UGT). Ausências justificadas – Dia
35 08/11/2022 - Manhã: Conselheiro Suplente Rodrigo Rosso Marques, Representante do Ministério
36 da Educação; Conselheira Titular Katia Maria Guimarães de Andrade, Representante da Secretaria
37 Nacional de Políticas para as Mulheres do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos
38 Humanos (SNPM/MMFDH); Conselheira Titular Adriana Rodrigues Martins, Representante do
39 Ministério das Relações Exteriores (MRE); Conselheira Suplente Louise Borges Branco,
40 Representante do Ministério das Relações Exteriores; Conselheiro Titular Orion Sávio Santos de
41 Oliveira, Representante da Secretaria de Previdência do Ministério do Trabalho e Previdência
42 (SPrev/MTP); Conselheiro Titular Nilton de Melo Vieira, Representante do Ministério da
43 Integração Nacional (MI); Conselheira Suplente Ileidiane Carneiro Ribeiro, Representante do
44 Ministério da Integração Nacional (MI); Conselheira Titular Maria Cecília Jorge Branco Martiniano
45 de Oliveira, Representante da Associação dos Familiares, Amigos e Portadores de Doenças Graves
46 (AFAG); Conselheiro Titular Carlos Eduardo Ferrari, Representante da Confederação Brasileira de
47 Desportos de Deficientes Visuais (CBDV); Conselheiro Suplente José Antônio Ferreira Freire,
48 Representante da Confederação Brasileira de Desportos de Deficientes Visuais (CBDV);
49 Conselheiro Titular Antoine Souheil Daher, Representante do FEBRARARAS; Conselheiro Titular
50 Magno Prado Gama Prates, Representante da Federação Nacional de Educação e Integração dos
51 Surdos (FENEIS); Conselheiro Titular Joelson Costa Dias, Representante da Ordem dos Advogados

52 do Brasil (OAB). Dia 08/11/2022 – Tarde: Conselheira Titular Livia Moura Delfino dos Santos,
53 Representante da Casa Civil (CC); Conselheiro Titular Felipe Silva Belluci, Representante do
54 Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações (MCTI); Conselheira Titular Denise Santos Aguiar
55 de Sá, Representante da Secretaria Especial da Cultura do Ministério do Turismo (SEC/MTur);
56 Conselheira Titular Deusina Lopes da Cruz, Representante da Secretaria de Desenvolvimento
57 Social do Ministério da Cidadania (SEDS/MC); Conselheira Titular Ana Kathya Silva Henriques,
58 Representante da Secretaria Nacional de Políticas para as Mulheres do Ministério da Mulher, da
59 Família e dos Direitos Humanos (SNPM/MMFDH); Conselheira Titular Maria do Carmo Tourinho
60 Ribeiro, Representante da Associação Brasileira de Autismo (ABRA); Conselheira Suplente Telma
61 Maria Viga de Albuquerque, Representante da Associação Brasileira de Autismo (ABRA);
62 Conselheiro Titular Raul de Paiva Santos, Representante da Associação Brasileira de Saúde
63 Coletiva (ABRASCO); Conselheira Titular Juelina Nunes, Representante da Associação Brasileira
64 da Síndrome de Williams (ABSW); Conselheiro Titular Roberto Paulo do Vale Tiné, Representante
65 da Associação de Pais, Amigos e Pessoas com Deficiência, dos Funcionários do Branco do Brasil e
66 da Comunidade (APABB); Conselheiro Titular Daniel Faganello, Representante do Conselho
67 Federal de Engenharia e Agronomia (CONFEA); Conselheiro Titular Décio Gomes Santiago,
68 Representante da Fraternidade Cristã de Pessoas com Deficiência do Brasil (FCD/BR); Conselheiro
69 Titular Adinilson Marins dos Santos, Representante da Federação Nacional das APAEs
70 (FENAPAES); Conselheira Suplente Giovanna Brandão Silva Lima, Representante da Federação
71 Nacional das APAEs (FENAPAES); Conselheiro Titular Jonas Pontes de Oliveira Brito,
72 Representante da Federação Nacional das Associações Pestalozzi (FENAPESTALOZZI);
73 Conselheiro Suplente Carlos Henrique Viana, Representante da Federação Nacional das
74 Associações Pestalozzi (FENAPESTALOZZI); Conselheiro Suplente Gabriel Franca do Couto,
75 Representante da Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos (FENEIS); Conselheira
76 Suplente Nancy Castro Segadilha, Representante da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB);
77 Conselheiro Titular Marcio Castro de Aguiar, Representante da Organização Nacional de Cegos do
78 Brasil (ONCB); Conselheiro Suplente Clóvis Alberto Pereira, Representante da Organização
79 Nacional de Cegos do Brasil (ONCB); Conselheiro Titular Geziel Bezerra da Silva, Representante
80 da Organização Nacional de Entidades de Deficientes Físicos (ONEDEF); Conselheira Titular
81 Marcia Adão, Representante da União Geral dos Trabalhadores (UGT). Ausências justificadas - Dia
82 08/11/2022 – Tarde: Conselheiro Suplente Rodrigo Rosso Marques, Representante do Ministério da

83 Educação; Conselheira Titular Adriana Rodrigues Martins, Representante do Ministério das
84 Relações Exteriores (MRE); Conselheira Suplente Louise Borges Branco, Representante do
85 Ministério das Relações Exteriores; Conselheiro Titular Orion Sávio Santos de Oliveira,
86 Representante da Secretaria de Previdência do Ministério do Trabalho e Previdência (SPrev/MTP);
87 Conselheira Suplente Reislá Josyane de Araújo Costa de Moura Dias, Representante da Secretaria
88 de Previdência do Ministério do Trabalho e Previdência (SPrev/MTP); Conselheiro Titular Nilton
89 de Melo Vieira, Representante do Ministério da Integração Nacional (MI); Conselheira Suplente
90 Ileidiane Carneiro Ribeiro, Representante do Ministério da Integração Nacional (MI); Conselheira
91 Titular Maria Cecília Jorge Branco Martiniano de Oliveira, Representante da Associação dos
92 Familiares, Amigos e Portadores de Doenças Graves (AFAG); Conselheiro Suplente Heithor Zanini
93 Ruiz, Representante da Associação dos Familiares, Amigos e Portadores de Doenças Graves
94 (AFAG); Conselheiro Titular Carlos Eduardo Ferrari, Representante da Confederação Brasileira de
95 Desportos de Deficientes Visuais (CBDV); Conselheiro Suplente José Antônio Ferreira Freire,
96 Representante da Confederação Brasileira de Desportos de Deficientes Visuais (CBDV);
97 Conselheiro Titular Antoine Souheil Daher, Representante da Federação Brasileira das Associações
98 de Doenças Raras (FEBRARARAS); Conselheira Suplente Laudeci Vieira dos Santos,
99 Representante da Federação Brasileira das Associações de Doenças Raras (FEBRARARAS);
100 Conselheiro Titular Magno Prado Gama Prates, Representante da Federação Nacional de Educação
101 e Integração dos Surdos (FENEIS); Conselheiro Titular Joelson Costa Dias, Representante da
102 Ordem dos Advogados do Brasil (OAB); Conselheiro Titular César Acker Magalhães,
103 Representante da RETINA BRASIL. Dia 09/11/2022 – Manhã: Conselheira Titular Maria do
104 Carmo Tourinho Ribeiro, Representante da Associação Brasileira de Autismo (ABRA); Conselheira
105 Titular Juelina Nunes, Representante da Associação Brasileira da Síndrome de Williams (ABSW);
106 Conselheiro Suplente Francisco Djalma de Oliveira, Representante da Associação de Pais, Amigos
107 e Pessoas com Deficiência, dos Funcionários do Branco do Brasil e da Comunidade (APABB);
108 Conselheiro Titular Daniel Faganello, Representante do Conselho Federal de Engenharia e
109 Agronomia (CONFEA); Conselheiro Titular Décio Gomes Santiago, Representante da Fraternidade
110 Cristã de Pessoas com Deficiência do Brasil (FCD/BR); Conselheiro Titular Adinilson Marins dos
111 Santos, Representante da Federação Nacional das APAEs (FENAPAES); Conselheira Suplente
112 Giovanna Brandão Silva Lima, Representante da Federação Nacional das APAEs (FENAPAES);
113 Conselheiro Titular Jonas Pontes de Oliveira Brito, Representante da Federação Nacional das

114 Associações Pestalozzi (FENAPESTALOZZI); Conselheiro Suplente Carlos Henrique Viana,
115 Representante da Federação Nacional das Associações Pestalozzi (FENAPESTALOZZI);
116 Conselheira Suplente Nancy Castro Segadilha, Representante da Ordem dos Advogados do Brasil
117 (OAB); Conselheiro Titular Geziel Bezerra da Silva, Representante da Organização Nacional de
118 Entidades de Deficientes Físicos (ONEDEF); Conselheira Titular Marcia Adão, Representante da
119 União Geral dos Trabalhadores (UGT); Conselheira Titular Ana Kathya Silva Henriques,
120 Representante da Secretaria Nacional de Políticas para as Mulheres do Ministério da Mulher, da
121 Família e dos Direitos Humanos (SNPM/MMFDH); Conselheira Titular Katia Maria Guimarães de
122 Andrade, Representante da Secretaria Nacional de Políticas para as Mulheres do Ministério da
123 Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (SNPM/MMFDH); Conselheira Suplente Denise Maria
124 Rodrigues Costa, Representante do Ministério da Saúde; Conselheira Titular Livia Moura Delfino
125 dos Santos, Representante da Casa Civil (CC); Conselheira Titular Elize Risseko Fujitani Higuti,
126 Representante do Ministério do Desenvolvimento Regional (MDR). Ausências justificadas – Dia
127 09/11/2022 – Manhã: Conselheira Titular Maria Cecília Jorge Branco Martiniano de Oliveira,
128 Representante da Associação dos Familiares, Amigos e Portadores de Doenças Graves (AFAG);
129 Conselheiro Titular Carlos Eduardo Ferrari, Representante da Confederação Brasileira de Desportos
130 de Deficientes Visuais (CBDV); Conselheiro Suplente José Antônio Ferreira Freire, Representante
131 da Confederação Brasileira de Desportos de Deficientes Visuais (CBDV); Conselheiro Titular
132 Antoine Souheil Daher, Representante do FEBRARARAS; Conselheira Suplente Laudeci Vieira
133 dos Santos, Representante da Federação Brasileira das Associações de Doenças Raras
134 (FEBRARARAS); Conselheiro Titular Magno Prado Gama Prates, Representante da Federação
135 Nacional de Educação e Integração dos Surdos (FENEIS); Conselheiro Suplente Gabriel Franca do
136 Couto, Representante da Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos (FENEIS);
137 Conselheiro Titular Joelson Costa Dias, Representante da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB);
138 Conselheiro Titular Cesar Ackar Magalhães, Representante da RETINA BRASIL; Conselheiro
139 Suplente Rodrigo Rosso Marques, Representante do Ministério da Educação (MEC). Dia
140 09/11/2022 – Tarde: Conselheiro Titular Décio Gomes Santiago, Representante da Fraternidade
141 Cristã de Pessoas com Deficiência do Brasil (FCD/BR); Conselheiro Titular Adinilson Marins dos
142 Santos, Representante da Federação Nacional das APAEs (FENAPAES); Conselheira Suplente
143 Giovanna Brandão Silva Lima, Representante da Federação Nacional das APAEs (FENAPAES);
144 Conselheiro Titular Jonas Pontes de Oliveira Brito, Representante da Federação Nacional das

145 Associações Pestalozzi (FENAPESTALOZZI); Conselheiro Titular Marcio Castro de Aguiar,
146 Representante da Organização Nacional de Cegos do Brasil (ONCB); Conselheiro Titular Geziel
147 Bezerra da Silva, Representante da Organização Nacional de Entidades de Deficientes Físicos
148 (ONEDEF); Conselheira Titular Marcia Adão, Representante da União Geral dos Trabalhadores
149 (UGT); Conselheira Titular Ana Kathya Silva Henriques, Representante da Secretaria Nacional de
150 Políticas para as Mulheres do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos
151 (SNPM/MMFDH); Conselheiro Titular José Agtônio Guedes Dantas, Representante do Ministério
152 da Cidadania (MC); Conselheira Suplente Denise Maria Rodrigues Costa, Representante do
153 Ministério da Saúde (MS); Conselheira Titular Maria do Carmo Tourinho Ribeiro, Representante da
154 Associação Brasileira de Autismo (ABRA); Conselheiro Titular Raul de Paiva Santos,
155 Representante da Associação Brasileira de Saúde Coletiva (ABRASCO); Conselheira Titular
156 Juelina Nunes, Representante da Associação Brasileira da Síndrome de Williams (ABSW);
157 Conselheiro Titular Roberto Paulo do Vale Tiné, Representante da Associação de Pais, Amigos e
158 Pessoas com Deficiência, dos Funcionários do Branco do Brasil e da Comunidade (APABB);
159 Conselheiro Suplente Francisco Djalma de Oliveira, Representante da Associação de Pais, Amigos
160 e Pessoas com Deficiência, dos Funcionários do Branco do Brasil e da Comunidade (APABB);
161 Conselheiro Titular Daniel Faganello, Representante do Conselho Federal de Engenharia e
162 Agronomia (CONFEA); Conselheira Titular Livia Moura Delfino dos Santos, Representante da
163 Casa Civil (CC); Conselheira Titular Elize Risseko Fujitani Higuti, Representante do Ministério do
164 Desenvolvimento Regional (MDR); Conselheiro Titular Felipe Silva Belluci, Representante do
165 Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações (MCTI). Ausências justificadas – Dia 09/11/2022 –
166 Tarde: Conselheiro Titular Antoine Souheil Daher, Representante do FEBRARARAS; Conselheira
167 Suplente Laudeci Vieira dos Santos, Representante da Federação Brasileira das Associações de
168 Doenças Raras (FEBRARARAS); Conselheiro Titular Magno Prado Gama Prates, Representante da
169 Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos (FENEIS); Conselheiro Suplente Gabriel
170 Franca do Couto, Representante da Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos
171 (FENEIS); Conselheiro Titular Joelson Costa Dias, Representante da Ordem dos Advogados do
172 Brasil (OAB); Conselheira Titular Adriana Rodrigues Martins, Representante do Ministério das
173 Relações Exteriores (MRE); Conselheira Suplente Louise Borges Branco, Representante do
174 Ministério das Relações Exteriores; Conselheira Titular Maria Cecília Jorge Branco Martiniano de
175 Oliveira, Representante da Associação dos Familiares, Amigos e Portadores de Doenças Graves

176 (AFAG); Conselheiro Titular Carlos Eduardo Ferrari, Representante da Confederação Brasileira de
177 Desportos de Deficientes Visuais (CBDV); Conselheiro Suplente José Antônio Ferreira Freire,
178 Representante da Confederação Brasileira de Desportos de Deficientes Visuais (CBDV);
179 Conselheiro Suplente Rodrigo Rosso Marques, Representante do Ministério da Educação.

180

181 **ABERTURA 08/11/2022:** O Presidente Cláudio de Castro Panoeiro iniciou a reunião
182 cumprimentando a todos e solicitou que fosse verificado o quórum. Verificado o quórum, realizou
183 a leitura da pauta proposta, composta pelos seguintes itens: Dia 08/11/2022: 09h – Instalação do
184 Plenário; 09h15 – Aprovação da pauta da 130ª Reunião Ordinária e da ata da 129ª Reunião
185 Ordinária do CONADE; 09h30 - Seminário em homenagem ao ex-conselheiro e professor Romeu
186 Sasaki; 11h30 – Apresentação do Relatório da CDP; 12h – Almoço; 14h – Instalação do Plenário;
187 14h15 – Aprovação do calendário de reuniões do CONADE - Ano 2023; 14h45 – Discussão sobre
188 as políticas voltadas as pessoas do transtorno do espectro autista e Apresentação do Livro “O direito
189 Social a Cuidados: Pessoas com deficiência, autistas, idosas, com outras condições e seus
190 cuidadores” - Conselheira Deusina Lopes da Cruz; 16h15 – Apresentação do Relatório da CCS;
191 16h40 – Apresentação do Relatório da CMC; 17h05 – Apresentação do Relatório da CAC; 17h30 –
192 Apresentação do Relatório da CPP; 17h55 – Apresentação do Relatório da COF; 18h20 –
193 Encerramento. Dia 09/11/2022: 09h - Instalação do Plenário; 09h15 – Apresentação dos dados da
194 Secretaria Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência; 10h – Decreto nº 9.296, de 1 de março
195 de 2018 – artigo 4º; 10h40 – PL 2190 de 2019; 11h20 - SENACOM – rotulagem em braile de
196 medicamentos; 11h50 – Retorno sobre o caso da Conselheira Nancy; 12h – Almoço; 14h -
197 Instalação do Plenário; 14h15 - Carteira de Identificação da pessoa com transtorno do espectro
198 autista (Ciptea)– Hisaac SNDPD; 15h – Instrução normativa nº 165 de 29 de setembro de 2022 –
199 Acessibilidade nos Cinemas – Sérgio Nascimento; 15h45 – Manifestação do CONFEA sobre
200 decretos federais nº 9404 e 9405 de 2018; 16h30 – Informes Gerais; 17h – Encerramento. Dia
201 10/11/2022: 10h – Reunião com membros da Comissão da V Conferência; 12h – Encerramento.
202 Colocando a pauta para apreciação, a pauta foi aprovada. Ato contínuo, foi iniciada a votação da ata
203 da 129ª Reunião Ordinária do CONADE, de 02 e 04 de setembro de 2022. Não havendo
204 manifestações contrárias, a ata foi aprovada por unanimidade. Depois foi esclarecido um fato que
205 ocorreu na reunião da CAC em que alguns convites dirigidos ao CONADE foram direcionados a
206 coordenação-geral do CONADE, que se trata de uma coordenação dentro da Secretaria Nacional

207 dos Direitos da Pessoa com Deficiência, e nos convites o coordenador-geral era convidado como
208 representante do CONADE para participar de eventos externos, sendo o último organizado pelo
209 Ministério Público do Trabalho. Acrescentou que os convites eram direcionados a Sra. Daniella,
210 coordenadora-geral do CONADE, para que representasse o colegiado nesses eventos. Foi
211 esclarecido que a coordenação-geral do CONADE se trata de um órgão administrativo de apoio ao
212 funcionamento do colegiado e pertencente a estrutura da secretaria, mas que não possui assento no
213 conselho. Salientou que a situação está se repetindo e estão esclarecendo a situação. Ato seguinte,
214 foi iniciado o Seminário em homenagem ao ex-conselheiro e professor Romeu Sasaki. Foi
215 apresentado um vídeo em homenagem ao professor, expostos depoimentos de pessoas que
216 conheciam e homenagearam o professor e ex-conselheiro e sua relevância para a inclusão social.
217 Foi explicado sobre a acessibilidade atitudinal, o artigo nº 08 da convenção Internacional, a LBI
218 artigo 3º, campanhas de conscientização, ideologia da deficiência e comunicação acessível. Foi
219 lembrado um momento em que o professor auxiliou em eventos e trabalhos acadêmicos. Com a
220 palavra, o Conselheiro Marcio Castro de Aguiar saudou a todos, ponderou sobre a história do ex-
221 conselheiro e professor Romeu Sasaki, cientificou que fundaram a atual Rede Brasileira do
222 movimento independente, salientou as qualidades do professor e sua importância para a inclusão
223 social. Adicionou que sente saudade dos tempos de luta e que é necessário mudar a Política
224 Nacional de Pessoas com Deficiência, além de ressaltar a missão de auxiliar as pessoas portadores
225 de deficiência. O Conselheiro Roberto Paulo do Vale Tiné arrazoou que trabalhou com Romeu
226 Sasaki, que o professor ensinou muito e salientou a importância de Romeu Sasaki para a política
227 das pessoas com deficiência em 1979, sendo um exemplo de inclusão e uma homenagem justa a
228 alguém que dedicou sua vida as pessoas com deficiência. Ato seguinte, a Conselheira Deusina
229 Lopes da Cruz declarou que o professor Romeu Sasaki era conhecido por todos, que o conheceu
230 por meio de outra pessoa, que em 2006 participou de convenção que o professor convidado a
231 participar da discussão. Discorreu sobre a deficiência psicossocial, mental e conceito de deficiência.
232 Ato contínuo, o Conselheiro Jonas Pontes de Oliveira Brito parabenizou o professor Romeu Sasaki
233 por seu trabalho com as pessoas com deficiência, os familiares e os integrantes do conselho. O
234 Conselheiro Décio Gomes Santiago ponderou que a geração de ouro forneceu a vida a pessoa com
235 deficiência, sendo que o professor Romeu Sasaki foi fundamental para a inclusão social e a
236 história. Concluiu notificando que o Brasil agradece o trabalho realizado por Romeu Sasaki. Com a
237 palavra, o Conselheiro Geziel Bezerra da Silva declarou que conheceu o professor Romeu Sasaki

238 em congresso em 2009 localizado em Pernambuco, onde o professor ministrou palestra.
239 Argumentou que o professor Romeu Sasaki é o pai da inclusão e da política pública para a pessoa
240 com deficiência no país, com legado extenso que pode fortalecer a pauta da pessoa com deficiência.
241 Finalizou parabenizando o CONADE pela homenagem. O Conselheiro Felipe Silva Belluci saudou
242 a todos, se apresentou, pontuou que se existissem mais pessoas como o homenageado, o país seria
243 melhor. Salientou a importância da família. Ato seguinte, foi entregue uma placa de homenagem ao
244 professor Romeu Sasaki para o seu filho. O filho de Romeu Sasaki agradeceu e recebeu a placa
245 em nome da família. Discorreu que seu pai influenciou sua relação com as pessoas com deficiência,
246 que todos os depoimentos ressaltaram o trabalho de seu pai como professor e pesquisador, que seu
247 pai construiu ao redor dele um material de pesquisa com um acervo que era um histórico quanto as
248 questões das pessoas com deficiência. Sugeriu a divulgação dos trabalhos de seu pai e aos que não
249 conheceram que seja observado os trabalhos escritos de seu pai. Adicionou que seu pai revisou
250 muitos textos, sendo que é esperado que o último se transforme em um livro, pois se trata de um
251 material atualizado. Agradeceu os depoimentos, a placa e a todos. Depois, foi lido o conteúdo da
252 placa. Foi informado que estão buscando recursos para publicar livros. Foi destacado que existe
253 uma linha de financiamento do Banco do Brasil que pode ser criado um projeto para apresentar uma
254 proposta. Depois o Presidente Cláudio Castro Panoeiro notificou que a Sra. Daniela saiu do cargo
255 de Coordenadora-Geral do CONADE. A Sra. Daniela cumprimentou a todos, declarou que é
256 diretora de enfrentamento de violação de criança e adolescente, acrescentou que continua a
257 disposição e que houve hoje uma reunião sobre acessibilidade. Foi ressaltado que o papel da Sra.
258 Daniela foi fundamental para a CONADE enquanto coordenadora. Em seguida, o Presidente
259 Cláudio Castro Panoeiro anunciou que foram incorporados no CONADE os conselheiros Jonas
260 Pontes de Oliveira Brito e Carlos Henrique Viana, que assumiram o lugar da Dra. Esther. O
261 Conselheiro Jonas Pontes de Oliveira Brito se apresentou, agradeceu a todos e expressou felicidade
262 em lutar pelos direitos da pessoa com deficiência no CONADE. O Conselheiro Carlos Henrique
263 Viana se apresentou e ponderou que é uma honra estar com os outros conselheiros do CONADE e
264 representar os direitos da pessoa com deficiência no CONADE. Depois foi anunciada a presença do
265 Sr. Arthur. Ato contínuo, foi iniciada a apresentação da CDP. A Conselheira Giovanna Brandão
266 Silva Lima iniciou a apresentação comunicando que foi realizada uma ata da reunião da CDP, com
267 reunião com duração de cerca de uma hora e vinte minutos, informou os participantes, acrescentou
268 que não conseguiram quórum na reunião para deliberações, mas que foi recebida uma demanda de

269 extrema urgência e trouxeram para essa plenária o parecer produzido e as demais matérias para
270 deliberação na próxima reunião ordinária. Explicou sobre denúncia recebida em que uma senhora
271 entrou em contato dizendo que cuida de um irmão e uma irmã, ambos com deficiência, que foram
272 atendidos pela APAE e apresentaram demandas médicas física e mental. Foi narrado que apesar de
273 haver encaminhamentos tanto da APAE, quanto do Centro de Especialidade Odontológica de São
274 Carlos, a Secretaria de Saúde se recusa a tratar dos irmãos dela e realizar os procedimentos. Relatou
275 que necessitam realizar exames específicos indisponíveis na APAE, sendo necessário a realização
276 de atendimento por uma unidade básica de saúde com tratamento. Foi narrado que o irmão está com
277 fortes dores, o que resultou em mais de um episódio em que mordeu a própria mão até sair sangue.
278 Ressaltou que com base na LBI, foi constatado que as pessoas com deficiência possuem direito ao
279 tratamento prioritário, o que não está sendo cumprido e foi solicitado auxílio do CONADE para
280 providências. Foi relatado que a senhora se reuniu com o Secretário de Saúde de São Carlos em
281 maio, que houve uma troca de secretários e a situação não foi resolvida. Foi proposto pela comissão
282 contatar a Secretaria de Saúde de São Carlos para o cumprimento de medidas em caráter de
283 urgência e o problema seja solucionado ou que no mínimo sejam realizados os exames. Foi
284 acrescentado que, caso a situação não seja resolvida, os órgãos relacionados devem ser
285 responsabilizados. Foi proposto encaminhar ao Conselho Municipal de Pessoa com Deficiência em
286 São Paulo e a Promotoria de Justiça especializada do mesmo município. O Conselheiro Adinilson
287 Marins dos Santos salientou que a grande questão quanto a realização desse procedimento é que
288 para a realização dos procedimentos é necessário o uso de anestesia geral e eles não estão
289 conseguindo acesso a esse grau de anestesia em específico. Foi informado que ocorreu uma reunião
290 da Comissão de Saúde Bucal e um dos integrantes da comissão discorreu sobre curadoria do
291 Ministério da Saúde e que a curadoria poderia entrar em contato com a Secretaria de Saúde do
292 estado para realizar a intercessão. Foi relatado caso específico e ressaltado como assunto
293 emergencial. Foi sugerido verificar a situação com a gestão municipal e estadual do SUS, não
294 havendo a necessidade de acionar o Ministério da Saúde. Foi salientado que o gestor necessita
295 prover o que é necessário para a população no território e o que não for possível deve ser
296 referenciado. Foi pontuado em seguida que o caso dos jovens pode ser referenciado. Foi ressaltado
297 como encaminhamento da comissão a verificação da situação com o município, com o Conselho da
298 Pessoa com Deficiência e a Secretaria de Saúde local. Foi salientado que existe o Centro de
299 Especialização Odontológica (CEO), onde o paciente é direcionado para o atendimento hospitalar.

300 Foi notificado que os jovens foram no CEO, o CEO solicitou o atendimento e a Secretaria de Saúde
301 não se manifestou. Foi ressaltado que é necessário verificar a situação e se for o caso, acionar a
302 ouvidoria local do SUS e referenciar. Foi argumentado que a pessoa com deficiência intelectual
303 acaba sendo negligenciada, com público com mais de 4.000 pessoas que não possuem
304 acessibilidade, que a maioria dos serviços se recusa a prestar atendimento e os locais que mais
305 atendem são as universidades. Foi acrescentado que a percepção sobre o assunto é de que
306 aparentemente o serviço não existe. Foi destacado que está ocorrendo com bastante frequência a
307 existência de casos de pessoas sem dentes, pois é mais fácil retirar os dentes. Foi adicionado que os
308 deficientes ficam sem prótese e que o sistema público não realiza implante. Depois foi solicitado o
309 atendimento médico as pessoas com deficiência intelectual e caso necessário o uso de implantes,
310 pois não conseguem usar prótese, sendo essencial a mastigação para a saúde e que o conselho deve
311 se pronunciar buscando o auxílio do Ministério da Saúde. Foi ressaltado a necessidade de
312 capacitação nos órgãos de saúde, principalmente sobre a deficiência intelectual. Ato contínuo, o
313 Presidente Cláudio de Castro Panoeiro comunicou sobre o recebimento de denúncia na sexta-feira
314 às 20h em relação a duas crianças em São Carlos, São Paulo, que precisam de atendimento médico
315 e odontológico. A Conselheira Giovanna Brandão Silva Lima informou que não especificam se são
316 crianças. O Presidente Cláudio de Castro Panoeiro questionou a denúncia chegou pela ouvidoria e
317 se foi identificado. A Conselheira Giovanna Brandão Silva Lima comunicou que existe
318 identificação. O Presidente Cláudio de Castro Panoeiro perguntou se foram no serviço de saúde e se
319 possuem o registro de ida ao local. A Conselheira Giovanna Brandão Silva Lima respondeu que
320 foram ao local. O Presidente Cláudio de Castro Panoeiro questionou se foi informado a unidade de
321 atendimento. A Conselheira Giovanna Brandão Silva Lima respondeu que foi informado que
322 passaram por atendimento médico na APAE de São Carlos, e depois foram atendidos pelo Centro
323 de Especialidade Odontológica de São Carlos, onde conseguiram um encaminhamento assinado por
324 dois médicos. Foi questionado se foram na ouvidoria local do SUS e foi informado que a denúncia
325 chegou ontem. O Presidente Cláudio Castro Panoeiro questionou a Conselheira Denise Maria
326 Rodrigues Costa se nesse caso existe uma fila própria. A Conselheira Denise Maria Rodrigues
327 Costa confirmou, acrescentou que são regras da atenção hospitalar e que inclusive na emergência
328 médica são classificados por cores. O Presidente Cláudio Castro Panoeiro questionou a Comissão se
329 chegaram a produzir os ofícios. Foi negado e informado que gostariam de encaminhar
330 primeiramente a Plenária para a aprovação dos encaminhamentos para em seguida encaminhar o

331 ofício. O Presidente Cláudio Castro Panoeiro pontuou que pretendia ligar no mesmo dia a tarde para
332 a APAE de São Carlos e a Secretaria de Saúde para entender a situação. Foi informado como
333 encaminhamentos da comissão: a providência imediata junto a Secretaria de Saúde de São Carlos, o
334 encaminhamento do caso ao Conselho Municipal da Pessoa com Deficiência e a promotoria de
335 justiça de São Carlos. O Presidente Cláudio Castro Panoeiro questionou se possuem conselho
336 municipal ativo. Foi sugerido entrar em contato com a ouvidoria do SUS em vez da promotoria.
337 Realizada a votação, foi aprovado por unanimidade o encaminhamento à Secretaria de Saúde de
338 São Carlos e ao Conselho Municipal da Pessoa com Deficiência de São Paulo. Depois, foi iniciada a
339 votação para submeter previamente à Ouvidoria local do SUS e depois a Promotoria de Justiça de
340 São Carlos. Foi concordado com a sugestão. Depois a denúncia foi lida com a omissão de nomes. A
341 Conselheira Nancy Castro Segadilha sugeriu acionar a ouvidoria local para obter um
342 posicionamento. Foi concordado acionar o Ministério Público por causa do lapso temporal. O
343 Conselheiro Roberto Paulo do Vale Tiné comunicou que corrobora com a conselheira do Ministério
344 da Saúde, que todas as tentativas foram esgotadas e sugeriu notificar a Secretaria de Saúde dando
345 conhecimento ao Conselho Municipal, Ouvidoria e a Promotoria de Justiça para sair uma
346 notificação. Foi concordado. O Conselheiro Marcio Castro de Aguiar ponderou que é uma violação
347 clara de direitos humanos, concordou em enviar ao Ministério Público, a Secretaria e ao Conselho
348 para pronunciamento do CONADE. A Conselheira Giovanna Brandão Silva Lima compreendeu a
349 importância de encaminhar a promotoria e ao Ministério Público, pois provavelmente não se trata
350 de um caso isolado. Acrescentou que as pessoas com deficiência são mais vulneráveis, sendo a
351 situação tratada como violação dos direitos humanos e ser refletida como algo coletivo. O
352 Presidente Cláudio Castro Panoeiro informou as propostas, sendo a primeira o encaminhamento a
353 Ouvidoria primeiro e depois a Promotoria e o Ministério Público e a segunda o encaminhamento
354 simultâneo a Ouvidoria, Promotoria e Ministério Público. Todos concordaram com o envio da
355 situação a Ouvidoria local do Ministério da Saúde neste momento. Foi informado uma terceira
356 proposição de enviar a Ouvidoria Municipal. Iniciada a votação, todos concordaram com o envio a
357 Promotoria e ao Ministério Público nesse momento. Foi deliberado por unanimidade o
358 encaminhamento a Secretaria Municipal de Saúde, ao Conselho Municipal de Pessoa com
359 Deficiência, a Ouvidoria do SUS no município de São Carlos e a Promotoria de Justiça no
360 Município de São Carlos. O Presidente Cláudio Castro Panoeiro comunicou que contatará a
361 Secretaria de Saúde e solicitou o ofício. A Conselheira Giovanna Brandão Silva Lima informou que

362 contatará a APAE para mais informações. O Presidente Cláudio Castro Panoeiro ponderou sobre a
363 capacitação dos profissionais. Com a palavra, a Conselheira Denise discorreu a respeito das
364 dificuldades quanto a capacitação, que a coordenação geral da pessoa com deficiência do ministério
365 da saúde realizou alguns trabalhos com relação aos profissionais, discorreu sobre lançamento de
366 curso de comunicação, afetividade da comunicação para atenção primária e ponderou que poderia
367 realizar um apanhado das ações realizadas e recursos existentes. O Presidente Cláudio Castro
368 Panoeiro questionou se é possível extrair quantos profissionais de São Carlos realizaram a
369 capacitação. Foi esclarecido que pode existir fonte da Secretaria de Saúde e nos cursos ministrados
370 pelo Ministério da Saúde. Depois, o Presidente Cláudio Castro Panoeiro questionou se alguém
371 possuía alguma proposição e não havendo manifestações, submeteu aos conselheiros a estratégia de
372 considerar a temática da pessoa com deficiência nos estados. Adicionou que com os dados podem
373 dialogar com o Ministério da Saúde para verificar onde estão as fraquezas e fortalezas do modelo.
374 Ato seguinte, a Conselheira Deusina Lopes da Cruz propôs uma separação da questão odontológica
375 das outras questões da saúde, pois a área odontológica possui pouca quantidade de serviço, com
376 falta de esclarecimentos sobre o nível de complexidade. Foi sugerido convocar a área técnica do
377 Ministério da Saúde para pauta separada. O Presidente Cláudio Castro Panoeiro notificou que todos
378 concordaram com o levantamento de dados das capacitações sobre pessoas com deficiência e
379 colocou em votação a presença de representante da área técnica de saúde bucal do Ministério da
380 Saúde para apresentar o panorama da situação. Não havendo manifestações contrárias, a sugestão
381 foi aprovada. Dia 08/11/2022 – Tarde: O Presidente Cláudio Castro Panoeiro iniciou a reunião e
382 solicitou a verificação do quórum. Depois, o Sr. Heitor de 14 anos se apresentou como irmão do Sr.
383 Arthur, portador da Síndrome de Williams. O Presidente Cláudio Castro Panoeiro anunciou a
384 presença da Coordenadora-Geral de acessibilidade e tecnologia assistiva a Dra. Fabíola Calixto. A
385 Dra. Fabíola Calixto se apresentou, informou seu histórico e objetivo. Depois, o Presidente Cláudio
386 Castro Panoeiro anunciou a presença da Coordenadora-Geral das Pessoas com Doenças Raras
387 Adriana Haas Villas Bôas e da coordenadora diretora. Depois, foi iniciada a leitura da pauta: 14h –
388 Instalação do Plenário; 14h15 – Aprovação do calendário de reuniões do CONADE - Ano 2023;
389 14h45 – Discussão sobre as políticas voltadas as pessoas do transtorno do espectro autista e
390 Apresentação do Livro “O direito Social a Cuidados: Pessoas com deficiência, autistas, idosas, com
391 outras condições e seus cuidadores” - Conselheira Deusina Lopes da Cruz; 16h15 – Apresentação
392 do Relatório da CCS; 16h40 – Apresentação do Relatório da CMC; 17h05 – Apresentação do

393 Relatório da CAC; 17h30 – Apresentação do Relatório da CPP; 17h55 – Apresentação do Relatório
394 da COF; 18h20 – Encerramento. Ato seguinte, o Presidente Cláudio Castro Panoeiro cientificou que
395 o calendário das reuniões é bimestral, que esse ano ocorreram particularidades por causa das
396 eleições, que a primeira reunião foi em 01 de abril, e as seguintes em junho, julho, setembro e
397 novembro. Acrescentou que não foi possível respeitar a periodicidade de dois meses, pois a
398 previsão da reunião seria em outubro, mês das eleições. Adicionou que estão na quinta reunião.
399 Cientificou que nessa semana está ocorrendo a semana de inovação, relacionada a temática de
400 tecnologia e cidades inteligentes no Rio, que começou hoje e termina dia 11, com uma apresentação
401 relacionada a acessibilidade nas cidades no dia 10 e que pretendem após a apresentação contatar a
402 Sra. Mônica Flores para acessar a palestra e disponibilizar aos conselheiros. Em seguida, foi
403 apresentado o calendário, com a proposta de cinco reuniões ordinárias e uma reunião extraordinária.
404 Foi realizada a reserva para a 131ª reunião e as datas disponíveis foram de 06 a 08 de março, não
405 sendo possível agendar as datas das outras reuniões, pois é permitido o agendamento dentro de um
406 período de seis meses. Foi notificado que a 131ª Reunião Ordinária está prevista para 06 a 08 de
407 março, a 132ª Reunião Ordinária para 10 a 12 de maio, a 133ª Reunião Ordinária de 05 a 07 de
408 julho, a 134ª Reunião Ordinária de 13 a 15 de setembro, a 135ª Reunião Ordinária de 08 a 10 de
409 novembro e a 1ª Reunião Extraordinária de 06 a 08 de dezembro, com a maioria das reuniões
410 agendadas para quarta, quinta e sexta, tendo em vista que a reunião da V conferência foi deliberada
411 em plenário que ocorreria um dia antes da reunião do Plenário. Foi acrescentado que não é possível
412 na primeira reunião, somente no final do mês. Foi esclarecido como finalidade as Reuniões das
413 Comissões Permanentes e do Colegiado. Em seguida, o Presidente Cláudio Castro Panoeiro
414 submeteu a proposta de calendário e explicou que a reunião ocorrerá em março por causa da
415 votação da lei orçamentária em novembro e dezembro, o que acarreta no recebimento de recursos
416 nos Ministérios em fevereiro ou março para aquisição de passagens e diárias. O Conselheiro Marcio
417 Castro de Aguiar questionou quanto a reunião extraordinária, pois em dezembro organizarão a V
418 Conferência Nacional da Pessoa com Deficiência. Declarou que quarta, quinta e sexta podem ser
419 indicativos para reuniões da conferência, mas que geralmente o CONADE se reúne antes da
420 conferência. Finalizou propondo trazer a reunião de dezembro para segunda, terça e quarta, pois
421 existe mobilização anterior a conferência. O Conselheiro Roberto Paulo do Vale Tiné sugeriu deixar
422 agendado de 06 a 08, mas ficar deliberado que quando marcar a reunião da conferência, alterar para
423 o dia anterior a conferência. O Presidente Cláudio Castro Panoeiro submeteu a proposta de

424 calendário com a flexibilidade proposta pelo Conselheiro Roberto Paulo do Vale Tiné de manter a
425 data da reunião de dezembro com a possibilidade de alteração conforme o calendário da reunião da
426 V Conferência Nacional da Pessoa com Deficiência. Não havendo discordância, o calendário de
427 2023 foi aprovado por unanimidade com a ressalva de que a reunião extraordinária de dezembro
428 poderá ser alterada de acordo com a data da V Conferência Nacional da Pessoa com Deficiência.
429 Em seguida, a Conselheira Deusina Lopes da Cruz apresentou seu livro O Direito Social ao
430 Cuidado: Pessoas com Deficiência, autistas, idosas, com outras condições e seus cuidados. A
431 Conselheira Deusina Lopes da Cruz informou os responsáveis e apoiadores. Discorreu a respeito
432 dos itens normativos analisados para o livro como o SUAS e a Constituição Federal, sobre o
433 cuidado instrumental de participação social, mediação assistiva, artigo nº 19 da Convenção, artigo
434 3º da Lei Brasileira de Inclusão e o profissional de apoio escolar. Informou que conseguiu parcerias
435 com universidades para projetos de capacitação, que no livro organizaram 23 pontos por data na
436 literatura e ressaltou o ponto 22. Argumentou que no futuro que existirão mais pessoas idosas do
437 que cuidadores. Acrescentou que foram colocados no livro textos de apoio, que foi criado um
438 material no formato de slides e que o livro contém verbetes da academia. Concluindo dizendo que o
439 material estará na plataforma para incentivar as famílias. Ato contínuo, foi apresentado vídeo sobre
440 a fala de Maria Yvelonia em homenagem a Conselheira Deusina Lopes da Cruz, autora do livro e a
441 importância do livro. O Conselheiro Adinilson Marins dos Santos ponderou que para a FENAPAES
442 a parceria é importante, como também o cuidado, que a FENAPAES se esforça para auxiliar as
443 pessoas com deficiência e seus familiares. A Conselheira Giovanna Brandão Silva Lima justificou a
444 ausência da Sra. Maria Yvelonia e do Presidente da FENAPAES. Depois leu recado da FENAPAES
445 a CONADE. Foi informado que foi convidada a mãe cuidadora Ana Paula, mãe do Leonardo. A
446 Sra. Ana Paula, mãe do Leonardo portador do transtorno do espectro autista nível 3, destacou a lei
447 nº 12764, lei do autismo, e a relevância do autismo. Acrescentou que em 2020 houve uma
448 complementação da lei, com o incentivo da carteirinha. Arrazoou que a lei é completa, com vários
449 temas, mas não é compatível com a realidade. Citou caso de Cibele da Bahia, de nível suporte 1,
450 que sofreu agressões e não possuía suporte. Relatou que a mãe de Cibele foi para São Paulo com a
451 filha em uma UBS e conseguiu o acolhimento necessário. Argumentou que existem outros casos
452 que deveriam ter a proteção da legislação, mas não possuem. Informou que a lei trouxe o direito e
453 frequentemente precisam judicializar e acolher as famílias. Solicitou as mães para se organizarem e
454 trocarem experiências e acrescentou que a proteção deve ser para todos e alcançar os que estão a

455 margem da sociedade. Pontuou que devem existir pessoas capacitadas para os assuntos, deve ser
456 discutida a situação financeira, pois diversas famílias não podem trabalhar para receber BPC e essas
457 famílias necessitam de ajuda. Foi destacado que o autismo leve não é tão leve e o autismo grave não
458 é somente autismo. Depois foi ressaltado não são todos os casos que precisam do BPC, mas
459 necessitam de outros subsídios. A Conselheira Maria do Carmo Tourinho Ribeiro parabenizou todas
460 as mães. Relatou que em Aracaju não existiu nada e estão verificando as associações sobre o
461 assunto no Brasil. Arrazoou que o avanço sobre o autismo foi grande, que depois foi criado o
462 CONADE, com a possibilidade de participar do Conselho Nacional de Saúde, do Conselho
463 Nacional de Assistência Social, do Fórum Nacional de Educação e assento na suplência do
464 Conselho Nacional da Criança e do Adolescente. Adicionou que a Associação Brasileira de
465 Autismo foi uma das entidades que mais capacitou profissionais para atuar com o autismo no Brasil.
466 Relembrou a criação do Grupo de Estudos e Pesquisas em Autismo e Inclusão (GEPAI), com a
467 participação de diversos profissionais. Salientou que muitos dos profissionais envolvidos na época
468 atualmente são idosos. Acrescentou que os filhos com autismo necessitam da família e os adultos de
469 cuidadores, sendo necessário a luta pelo atendimento e criação de oficinas de 6 a 8 horas diárias.
470 Relatou o caso de seu filho com autismo. Solicitou ao CONADE o auxílio na luta pelo atendimento.
471 Foi parabenizada o discurso da conselheira. O Sr. Fabrício agradeceu a todos. Relatou caso do Sr.
472 Felipe. Informou que o material elaborado teve o apoio de organizações de cuidado social, e que o
473 livro está em duas plataformas da FENAPAES, na plataforma da CONADE e no link da APAE do
474 grupo da CONADE. A Conselheira Livia Moura Delfino dos Santos pontuou que conheceu mães
475 que estavam em busca da concretização dos direitos propostos na legislação. Informou que foi
476 convidada a participar de abertura do evento da Assembleia Legislativa do Mato Grosso para
477 discutir a temática e após o convite questionou a organização do evento se poderia conversar com as
478 associações. Relatou que foi em três reuniões e conversou com mais de 30 mães que precisaram se
479 tornar militantes para buscar os direitos. Arrazoou que trouxe de Mato Grosso diversas demandas e
480 o olhar de cuidado. Parabenizou a FENAPAES e enfatizou que o Conselho deve auxiliar nos
481 assuntos. Pontuou que o conselho não ressaltou essa temática, se emocionou com o caso da Sra.
482 Cibele, e que enquanto representante do governo considera que podem fazer mais. Foi destacado
483 que desde a década de 70 para 80 houve grandes atualizações, que deve ser refletido o nosso
484 cuidado, pois as mães também são afetadas. Pontuou que são pessoas privilegiadas, que estão em
485 um local privilegiado e que podem trabalhar com cumplicidade, sem egoísmo e sem vaidade.

486 Adicionou que precisam trabalhar juntos para promover políticas públicas. Informou que trabalha
487 com imigrantes e crianças autistas e que muitas mudanças devem ser realizadas. Ato seguinte, a
488 Conselheira Telma Maria Viga de Albuquerque cumprimentou a todos, parabenizou a CONADE,
489 ponderou que a luta não para, relatou caso do seu filho portador de autismo que não fala. Agradeceu
490 a Conselheira Deusina Lopes da Cruz por sua luta e discorreu sobre seu trabalho como
491 psicopedagoga. Argumentou que deve haver mais evoluções e agradeceu a participação. A Sra.
492 Patrícia agradeceu o trabalho da Conselheira Deusina Lopes da Cruz e informou que trabalhou na
493 CONADE. Notificou que lerá o livro. O Conselheiro Geziel Bezerra da Silva parabenizou a
494 Conselheira Deusina Lopes da Cruz pelo seu trabalho. Argumentou que existem leis que garantem o
495 direito do autista, a lei nº 12.764/2012 e o decreto nº 8.368/2014 e o Estatuto da Pessoa com
496 Deficiência e políticas para pessoas com espectro autista. Arrazoou que é o presidente de uma
497 instituição em Recife com 58 mães e que solicitam cuidados para elas. Complementou que as
498 famílias precisam de cuidados, que existe o BPC, auxílio inclusão em que a família não pode
499 trabalhar pois pode perder o benefício, complementou que existem casos que demoram meses para
500 ser diagnosticado, com relatos em vários estados. Questionou o que pode ser feito para contribuir e
501 que deve ser pensado em política pública para todos, citou que as crianças com microcefalia que
502 possuem benefício vitalício, que o assunto deve ser pautado no conselho para verificar com relação
503 as pessoas com deficiência. Disse que se solidariza com a luta da Sra. Ana Paula e que a UNIDEF
504 está à disposição para a construção do que for necessário. Foi ressaltada a importância de cuidar das
505 pessoas que cuidadoras das pessoas com deficiência. Foi informado que amanhã se tem a agenda da
506 carteira de identificação da pessoa com espectro autista, criada pela legislação e nela se tem um
507 órgão para recorrer e é necessário estar atuando. Foi pontuado que é necessário avançar na temática
508 de residências inclusivas, serviço de acolhimento, sendo necessário qualificar espaços. O
509 Conselheiro Jonas Pontes de Oliveira Brito parabenizou o trabalho realizado pelas mães com filhos
510 autistas e agradeceu a FENAPESTALOZZI pela ajuda. Ponderou que não é fácil cuidar de uma
511 pessoa com deficiência. Ato contínuo, o Presidente Cláudio Castro Panoeiro parabenizou os autores
512 do livro. Depois o Presidente Cláudio Castro Panoeiro relatou que no final da manhã de hoje, no
513 relato da CDP foi discutido os dois casos da pessoa com deficiência do município de São Carlos.
514 Informou que entrou em contato com a Secretária de Saúde do município de São Carlos, que relatou
515 algumas dificuldades do ano de 2022, principalmente quanto a aquisição de equipamentos para
516 questões de odontologia, o que implicou no atraso de em torno de 750 dias no atendimento do

517 município e foi acordado que encaminhará o ofício hoje a ela, que está ciente do fato e que ela
518 tomará as providências necessárias na secretaria e disponibilizou número para contato direto.
519 Informou que solicitou a secretaria minuta de ofício, que foi lido. O Presidente Cláudio Castro
520 Panoeiro notificou que o processo tramitará de forma sigilosa no SEI. A Conselheira Giovanna
521 Brandão Silva Lima informou que conseguiu contatar a FENAPAES de São Carlos através de uma
522 supervisora que possui acesso aos formulários. Comunicou que foi explicado que as pessoas que
523 possuem alguma deficiência têm mais de 40 anos, que apresentam comprometimentos
524 comportamentais graves com mais episódios violentos, que inclusive foram incluídos no protocolo
525 de atendimento especial, mas que não tinha consciência quanto a falta de atendimento médico e
526 odontológico. Solicitou o atendimento médico e o acompanhamento da família por meio de
527 assistência social. Em seguida, o Conselheiro Roberto Paulo do Vale Tiné iniciou a apresentação do
528 relatório da CCS. Informou que na 129ª Reunião a CCS estava sem coordenador por causa da saída
529 da coordenadora vinculada ao Ministério das Comunicações e o conselheiro assumiu
530 provisoriamente. Explicou que não houve eleição por falta de quórum na reunião da CCS (somente
531 ele e a conselheira Marcia Adão). Acrescentou que houve a divulgação das reuniões nas redes
532 sociais. Depois foi feita apresentação do relatório da CMC. Foi informado que não houve quórum.
533 Em seguida foi apresentado o relatório da CAC. A Conselheira Livia Moura Delfino dos Santos
534 informou que todos da comissão participaram, relatou como pauta a análise de encaminhamento
535 com relação à reunião da CAC feita com os conselheiros dos estados e do DF, atualização em
536 relação a equipagem e atualização em relação ao cadastro das pessoas com deficiência e V
537 conferência nacional. Informou que foi aplicado a resolução nº 02, com a composição da V
538 conferência Nacional que seria feita reunião extraordinária, feita em 27 de setembro de 2022, a
539 comissão foi instituída e elegeram por unanimidade a coordenadora e o Conselheiro Raul de Paiva
540 como vice. Declarou que em 31 de outubro se reuniram com os consultores que foram selecionados
541 para elaborar o material de apoio e divulgação da conferência. Citou como produtos o documento
542 técnico com todas as propostas apresentadas nas Conferências I,II, III e IV, documento técnico
543 contendo a análise de incorporação da proposta da agenda governamental, documento técnico e
544 análise crítica das quatro conferências anteriores, documento técnico orientador para treinamento da
545 Conferência Nacional, elaboração de o texto base dos eixos da Conferência, minuta do Regimento
546 Interno da V conferência, elaboração de documento com proposta do grupo de trabalho em relação
547 aos eixos, proposta do cronograma e programação das apresentações, elaboração dos documentos

548 que poderão ser solicitados pela Comissão. Declarou que foi aprovada a permanência do tema
549 central, subtema, eixos temáticos pela gestão anterior do CONADE, visto que não foi realizado
550 conferência em alguns estados. Relatou que foi observado quais estados fizeram conferências sobre
551 o assunto e foi constatado que a CONADE verificará o assunto quando os estados oficializarem
552 suas conferências por meio de documentos e resultados, o que receberam de um estado. Ponderou
553 que descobriram que outros estados fizeram, mas não enviaram documentos, portanto, sugeriram ao
554 CONADE contatar os estados. Acrescentou que terão reunião na quinta feira, em que irão analisar o
555 cronograma dos consultores. Notificou que em 04 de novembro foi realizado uma reunião com
556 conselheiros estaduais e a pauta foi a apresentação da sistematização das respostas dos respectivos
557 entes federados do formulário de levantamento de dados sobre a capacitação dos conselheiros,
558 discussão sobre pontos da V Conferência, a temática da capacitação, planejamento das reuniões
559 bimestrais. Foi decidido fazer uma parte da reunião escolhendo uma temática com representantes
560 dos eixos temáticos e os membros da CAC dialogarem. Foi levantado sobre o lapso temporal entre
561 essa reunião e a da plenária dia 07, em que precisam de tempo para ter reunião entre os conselhos e
562 que a CAC realize uma reunião após para ser encaminhado os resultados a plenária. Foi proposto as
563 reuniões dos conselhos nos meses ímpares e da CAC nos meses pares para ter o intervalo de um
564 mês. Foi informado as críticas a respeito da Conferência e que pode ser realizado o monitoramento
565 após a conferência. Foi sugerido o tema da criação do Fundo Nacional para as pessoas com
566 deficiência e a CAC propôs oficializar os estados para identificar os estados que instituíram o
567 Fundo e quais são os modelos existentes. Relatou que os conselheiros solicitaram o envio de
568 informações a respeito da conferência com maior brevidade possível e que a CAC deliberou sobre a
569 presença do presidente ou vice-presidente nas reuniões com os conselheiros estaduais e do DF.
570 Quanto aos cadastros dos conselhos estaduais, foi proposto o cadastro no Sistema Nacional de
571 Direitos Humanos e destacado uma dificuldade quanto a atualização do cadastro. Foi notificado que
572 a coordenação-geral do CONADE contatou a TI para atualização do sistema e esperam resposta.
573 Sobre a equipagem, relatou que para fazer o processo licitatório seria necessário a elaboração de
574 documento técnico que subsidiasse o processo licitatório com presença de consultoria, o que não
575 foi feito pois priorizaram a consultoria para a V Conferência Nacional e a CAC solicitou a
576 Secretaria priorizar as demandas da CAC no PRODOC de 2023. Sobre a capacitação presencial
577 planejada para o fim desse mês informou que não será possível ocorrer esse ano em razão do
578 contingenciamento de recursos e foi solicitado a Secretaria a priorização desse produto no próximo

579 ano. O Conselheiro Felipe Silva Belluci reforçou a importância da interlocução com os conselhos
580 estaduais, ressaltou a agenda densa da CAC e a importância da participação da presidência ou vice-
581 presidência nas reuniões da CAC. O Conselheiro Geziel Bezerra da Silva parabenizou a presidência
582 da CAC pelo trabalho realizado e reforçou a importância da presença do Presidente ou do Vice-
583 Presidente do CONADE. Relatou caso específico de agressão e sugeriu a participação de um
584 membro de cada comissão. Com a palavra, o Conselheiro Marcio Castro de Aguiar parabenizou o
585 trabalho realizado e pontuou que existem muitos desafios na CAC, com relação direta com os
586 conselheiros estaduais e do DF, sendo necessário melhorar a interlocução e fortalecer os laços. Foi
587 explicado a situação da equipagem, em que foi questionado tema, que não poderia ser esclarecido e
588 que precisam fornecer um posicionamento. O Conselheiro Décio Gomes Santiago concordou com a
589 presidente da CAC, mas salientou que os conselheiros precisam ter respeito e informou que está a
590 disposição para acompanhar as reuniões. O Presidente Cláudio Castro Panoeiro enfatizou que
591 sempre dialogou com os ministérios para conseguir demandas relacionadas a pessoas com
592 deficiência. Discorreu que problemas estão concentrados na União frequentemente, sendo que
593 existem três entes federativos. Ponderou que nunca observou cobranças sobre a equipagem a nível
594 estadual, somente a União. Citou programa de compras de bens relacionados aos direitos humanos.
595 Ponderou sobre casos malfeitos, com falta de acompanhamento. Acrescentou que deve haver
596 responsabilidade com contratação, que sobre a equipagem a CONADE deve se debruçar quanto a
597 responsabilidade do assunto. Quanto aos encaminhamentos da CAC sobre oficializar os estados para
598 entender o que constitui o Fundo, realizar as reuniões com os conselhos estaduais em períodos
599 alternados e continuidade das ações iniciadas nas gestões anteriores e a participação do presidente,
600 foi iniciada a votação. Os encaminhamentos foram aprovados por unanimidade. Em seguida, foi
601 iniciada a apresentação do Relatório da COF. Foi notificado que não houve deliberação por falta de
602 quórum, receberam documento encaminhado pelo Secretário Cláudio Castro sobre o que é gasto em
603 cada ministério. Depois foi iniciada a apresentação do Relatório da CPP. Foi informado sobre a
604 apresentação de dois temas, sendo as denúncias dos 45 recebidos e que foram identificados como
605 problemas: falta do plano individual de atendimento escolar, adaptações de materiais e outras
606 acessibilidades, falta de profissional de apoio escolar, falta de planejamento e orientação sobre o
607 que está sendo informado na escola, falta de interação entre família e escola e violação dos direitos.
608 Relatou que em muitas escolas o profissional de apoio possuem vários nomes e os professores
609 possuem várias funções. Encaminhamentos da CPP: se recomenda junto ao MEC a capacitação dos

610 profissionais de educação, implantação das salas de atendimento especializado nas escolas, o
611 currículo escolar flexível, com alternativas e acessível, regulamentação do MEC do profissional de
612 apoio escolar, aumentar a interação família-escola. Sugeriu alinhar ao MEC. Foi informado sobre a
613 falta de acessibilidade com o DETRAN, pois os deficientes auditivos não estão conseguindo emitir
614 carteira por falta de intérprete de libras e foi recomendado foi entrar em contato com a CONADE
615 para contatar o Detran e normalizar para todos. O Conselheiro Adinilson Marins dos Santos
616 ponderou que entende o que foi dito como currículo flexível um currículo adaptado, sendo a
617 flexibilidade e adaptação coisas diferentes. A Conselheira Deusina Lopes da Cruz ponderou que
618 existe o atendimento educacional especializado, com 10 dez tipos de recursos, sendo definido por
619 acessibilidade e certificação intermediária. Foi explicado como funciona o atendimento educacional
620 especializado, com parcerias com entidades, ponderou que o currículo é único, mas amplificado.
621 Foi ponderado que existe caminho para a aplicação de um currículo flexível. Ato seguinte, o
622 Presidente Cláudio Castro Panoeiro esclareceu que existe regulamentação para o profissional de
623 apoio escolar e que estão submetendo ao Conselho Nacional de Educação (CNE). Foi questionado
624 se podem ter acesso e foi informado que é necessário esperar posicionamento do CNE. Foi
625 ponderado que existe uma questão jurídica pois as questões são divididas entre os entes federativos.
626 Foi destacado que a questão dos profissionais de apoio deve ser discutidos com profissionais. Os
627 encaminhamentos não foram deliberados por falta de quórum. **ENCERRAMENTO 08/11/2022:** O
628 Presidente Cláudio de Castro Panoeiro agradeceu a presença de todos e encerrou o primeiro dia da
629 130ª Reunião Ordinária do CONADE. **ABERTURA 09/11/2022:** O Presidente Cláudio de Castro
630 Panoeiro iniciou o segundo dia de reunião cumprimentando a todos e solicitou que fosse realizada a
631 verificação do quórum. Verificado o quórum, solicitou que a pauta do dia fosse apresentada: 09h -
632 Instalação do Plenário; 09h15 – Apresentação dos dados da Secretaria Nacional dos Direitos da
633 Pessoa com Deficiência; 10h – Decreto nº 9.296, de 1 de março de 2018 – artigo 4º; 10h40 – PL
634 2190 de 2019; 11h20 - SENACOM – rotulagem em braile de medicamentos; 11h50 – Retorno sobre
635 o caso da Conselheira Nancy; 12h – Almoço; 14h - Instalação do Plenário; 14h15 - Carteira de
636 Identificação da pessoa com transtorno do espectro autista (Ciptea)– Hisaac SNDPD; 15h –
637 Instrução normativa nº 165 de 29 de setembro de 2022 – Acessibilidade nos Cinemas – Sérgio
638 Nascimento; 15h45 – Manifestação do CONFEA sobre decretos federais nº 9404 e 9405 de 2018;
639 16h30 – Informes Gerais; 17h – Encerramento. Dia 10/11/2022: 10h – Reunião com membros da
640 Comissão da V Conferência; 12h – Encerramento. Ponderou que será iniciado a apresentação da

641 Secretaria. Acrescentou que uma vez terminada a gestão do CONADE, as contas serão mostradas.
642 Adicionou que foi indicado no Ministério para ser representante da transição e que carecem de
643 algumas atualizações para o documento. Arrazou que a Secretaria Nacional de Pessoa com
644 Deficiência é um órgão transversal, com ações desenvolvidas no CONADE e tem atuação de outros
645 ministérios, sendo necessário a articulação. Foi solicitado a deliberação dos encaminhamentos da
646 CAC e CPP. Encaminhamentos da CAC: Proposta de continuidade do que foi aprovado quanto a V
647 Conferência Nacional, participação do Presidente, Vice-Presidente, Secretário ou Coordenação-
648 Geral do CONADE com os conselhos estaduais e do DF, e oficialização dos Estados pelo
649 CONADE para identificar se utilizam o Fundo, qual o modelo utilizado e se estão ativos. Iniciada a
650 votação, os encaminhados foram aprovados por unanimidade. Foi sugerido mudar o tema da
651 conferência. O Presidente Cláudio de Castro Panoeiro argumentou que o tema está no decreto nº
652 10.255. Foi esclarecido que a proposta contempla a continuidade do grupo, relacionados os
653 documentos anteriores aprovados da V Conferência. O Conselheiro Adinilson Marins dos Santos
654 ponderou que se existe continuidade, o tema pode ser o mesmo. O Presidente Cláudio de Castro
655 Panoeiro informou que o tema é: a interpretação dos direitos da pessoa com deficiência, cenário
656 atual e futuro. Foi destacado que Paraná, São Paulo e Minas Gerais realizaram conferências com
657 esse tema e Pernambuco fez a conferência com outro tema. Foi questionado o que deve ser feito
658 com os estados que fizeram conferência com esse tema. Foi exposto como proposta a manutenção
659 do tema que foi deliberado e está no decreto nº 10.255 e a revisão do tema, proposta pelo
660 conselheiro Geziel Bezerra da Silva. O Conselheiro Geziel Bezerra da Silva pontuou que todos os
661 estados devem fazer o mesmo tema e os estados que realizaram repetiriam o mesmo tema. O
662 Conselheiro Marcio Castro de Aguiar questionou se não haveria problemas com o custeio caso o
663 tema realizado pelas conferências estaduais fosse diferente da conferência nacional. O Presidente
664 Cláudio de Castro Panoeiro confirmou. O Conselheiro Marcio Castro de Aguiar informou que não
665 sabem se o material foi enviado a CONADE das conferências, sendo que somente Pernambuco
666 enviou. A Conselheira Livia Moura Delfino dos Santos ponderou que o problema não se resolve
667 alterando o tema e não esgotaram o tema. O Conselheiro Daniel Faganello ponderou que discorda
668 do retrabalho desnecessário, que devem ser enviados os documentos e que deve ser seguido o tema
669 da Conferência Nacional. O Conselheiro Francisco Djalma de Oliveira concordou com a
670 manutenção do tema e ponderou que é conveniente realizar uma atualização. O Conselheiro José
671 Agtônio Guedes Dantas sugeriu ao CONADE emitir nota técnica sugerindo aos estados que

672 realizaram a conferência que os delegados sejam validados e que eles realizem um seminário com a
673 temática da conferência nacional, não sendo necessário refazer. O Presidente Cláudio de Castro
674 Panoeiro iniciou a votação dos encaminhamentos: o encaminhamento dos ofícios aos estados,
675 validação dos atos praticados anteriormente, participação de presidente, vice-presidente,
676 coordenador-geral e secretário nacional da pessoa com deficiência nas deliberações com os
677 conselhos estaduais e do Distrito Federal. Não havendo manifestações contrárias, as deliberações
678 foram aprovadas por unanimidade. Depois iniciou a votação sobre a manutenção do tema com a
679 necessidade dos estados que não fizeram nessa temática façam para ter a representação dos estados.
680 Não havendo manifestações contrárias, o encaminhamento foi aprovado por unanimidade. Depois,
681 foram citados os encaminhamentos da CPP: a capacitação dos profissionais de educação,
682 implantação das salas de atendimento especializado nas escolas fazendo parcerias com as
683 instituições, plano individual do aluno com deficiência, o currículo escolar flexível, adaptado e
684 acessível, práticas pedagógicas acessíveis, que observem a dificuldade da pessoa, adequação dos
685 materiais e recursos de tecnologia assistiva disponíveis e possíveis de serem utilizadas,
686 regulamentação do MEC do profissional de apoio escolar, com nome e funções, reforço da parceria
687 entre família e escola promovendo palestras e encontros, usar os serviços, usar os centros dia,
688 aumentar a interação família-escola. Iniciada a votação e não havendo manifestações contrárias, o
689 encaminhamento foi aprovado. O Presidente Cláudio de Castro Panoeiro ponderou que no decreto
690 informa sobre mudanças que podem ser adaptadas, podendo ser eliminado o termo flexível. Quanto
691 a impossibilidade das pessoas com deficiência auditiva de tirarem a CNDH, foi proposto como
692 encaminhamento que o CONADE contate o DETRAN nacional e recomende a acessibilidade a
693 nível nacional para ter igualdade de direitos em todos os estados. O Presidente Cláudio de Castro
694 Panoeiro informou que no caso seria a Secretaria Nacional de Transporte (SENATRAN). Não
695 havendo manifestações contrárias, a deliberação foi aprovada por unanimidade. Foi sugerido que o
696 documento enviado ao SENATRAN seja encaminhado ao Conselho e Conselheiros estaduais. Foi
697 destacado que os casos são apenas uma amostra. Foi aprovada a deliberação por unanimidade.
698 Depois foi proposto a inversão de pauta para discutir a Manifestação do CONFEA sobre decretos
699 federais nº 9404 e 9405 de 2018 ao invés de realizar a apresentação da Secretaria sobre
700 Acessibilidade e inclusão de pessoas com deficiência e com doenças raras e depois a deliberação
701 sobre o decreto nº 9296 sobre a hotelaria. Não havendo manifestações contrárias, foi aprovada a
702 inversão da pauta. O Conselheiro Daniel Faganello iniciou a apresentação da Manifestação do

703 CONFEA sobre decretos federais nº 9404 e 9405 de 2018. Explicou que os decretos afetam o
704 microempreendedor individual, as micro e pequenas empresas e empresas de pequeno porte.
705 Notificou que foram contabilizados os espaços de reservas de assentos de teatros, cinemas,
706 auditórios, estádios, ginásios de esportes, locais de espetáculos e de conferências. Informou que o
707 decreto impõe prazo até 11 de junho de 2023, que para determinados casos como estádios, igrejas,
708 ginásios e teatros o prazo finalizou em 2019. Ponderou que os municípios, através de solicitação do
709 Ministério Público solicitam para que seja liberado alvará do estabelecimento para que tenha
710 acessibilidade arquitetônica na edificação. Acrescentou que o sistema percebe que a acessibilidade
711 não está sendo realizada de acordo com a norma e não está sendo fiscalizada. Ponderou que o
712 CONFEA solicita ao CONADE ou ao próprio CONFEA que encaminhe à Presidência da República
713 um pedido de prorrogação do prazo dos dois decretos, tendo como justificativa a pandemia, para
714 que possa ser feita a fiscalização adequada e que garanta a acessibilidade. Foi questionado quanto
715 aos prazos e o Conselheiro Daniel Faganello explicou que para edificações de reuniões com o
716 público o prazo finalizou em 2019, que os decretos a partir de 2018 foram dados 48 meses no caso
717 de empresas de pequeno porte que venceu em 2022 e 60 meses no caso de microempreendedores
718 individuais e microempresas. Para hotéis, o prazo era de 24 meses, que finalizou em 2021 e que o
719 único prazo que ainda está vigente é dos microempreendedores individuais e microempresas que
720 finaliza em 11 de junho de 2023. Foi questionado se a discussão se conecta com a discussão sobre o
721 decreto nº 9296 e o Conselheiro Daniel Faganello concordou. Ponderou que o decreto nº 9296 não
722 atendia grandes hotéis. O Conselheiro Francisco Djalma de Oliveira questionou se o CONFEA
723 propõe uma data para ser prorrogado. O Conselheiro Daniel Faganello respondeu que foi sugerido
724 de 11 de junho de 2023 até 11 de junho de 2025, com o prazo máximo de dois anos considerando os
725 decretos promulgados anteriormente, inclusive para hotéis. Foi ressaltado que se busca a
726 acessibilidade, mas foi ressaltada a preocupação do adiamento. Que a justificativa da pandemia é
727 razoável, mas o prazo é amplo, que pode ser pensado em um prazo menor. A Conselheira Denise
728 Maria Rodrigues Costa questionou se existem dados de como está o processo de adaptação e se não
729 é uma questão de tempo ou de conscientização. Com a palavra, o Conselheiro Daniel Faganello
730 respondeu que não possuem dados, que existe uma intenção de executar normas de acessibilidade,
731 que as edificações antigas necessitam de laudos para verificações e que as edificações novas por
732 norma, devem ser acessíveis. Ponderou que o problema maior são os pequenos empresários e os
733 locais de evento que não possuem recursos. Acrescentou que não existe negatividade por parte das

734 pessoas quanto ao assunto, mas existem dificuldades financeiras. Foi ponderado que deve ser
735 fundamentada a prorrogação. Foi lido o art. 4º do artigo do decreto nº 9296, explicado que é a
736 discussão com a mesma essência, com adaptação dos quartos. O Presidente Cláudio de Castro
737 Panoeiro explicou que foram procurados pela associação que representa os hotéis no mês de agosto
738 e que pediam a prorrogação do prazo. Informou que colocaram o mesmo argumento quanto a
739 pandemia. Ponderou que foi solicitado a apresentação de documentos comprobatórios para
740 fundamentar os motivos. Informou que foi o Secretário Nacional de Justiça e no local existem
741 conselhos. Discorreu sobre serviço de cruzeiro que precisa contratar mão de obra brasileira, afetado
742 pela pandemia e caso de manifestação da união que foi aprovada prorrogação solicitada.
743 Argumentou que, quanto a esse requerimento era aproveitar o tempo de março de 2022 até o
744 momento e propor como prazo final o final de 2023, com 1 ano e 9 meses de prazo.
745 Encaminhamentos: prorrogação ou não do prazo, com a formalização no CONADE e na Secretaria,
746 qual seria o prazo, e a existência de argumentos necessários para a prorrogação. Ressaltou que estão
747 discutindo os decretos nº 9404, 9405 e 9296. O Conselheiro Marcio Castro de Aguiar ponderou que
748 houve muitas mudanças na legislação ao longo dos anos, que a pandemia parece justificativa para
749 tudo e discorda da prorrogação, sendo o deficiente o principal prejudicado. O Conselheiro Geziel
750 Bezerra da Silva discordou da prorrogação do prazo. A Conselheira Livia Moura Delfino dos
751 Santos informou que é favorável discutir com os elementos motivadores que levaram o CONFEA a
752 fazer essa proposta para entender a justificativa do pedido. A Conselheira Nancy Castro Segadilha
753 discordou da prorrogação do prazo. O Conselheiro Marcio Castro de Aguiar ressaltou que a
754 conferência está próxima, os hotéis do local receberão mais de 1000 delegados, muitos deficientes e
755 que poderão existir reclamações. O Conselheiro Daniel Faganello informou que o CONFEA não é
756 favorável a dilatação de prazos, mas não pode ignorar a situação que ocorreu nos últimos dois anos.
757 Que a acessibilidade não está sendo fornecida com o rigor técnico e isso pode acarretar falta de
758 alvará para pequenas empresas, MEI, hotéis e locais com reunião de público. Acrescentou que o
759 CONFEA não possui profissionais para atender essa demanda e que existe a falta de recursos.
760 Informou que dados serão verificados, que deve ser feita a fiscalização e a falta de acessibilidade
761 pode ser observada em vários casos. A Conselheira Denise Maria Rodrigues Costa concordou com
762 a busca de dados para fundamentar a deliberação. Foi sugerido a criação de um mecanismo que
763 possa auxiliar nessa questão e as pessoas com deficiência. A Conselheira Giovanna Brandão Silva
764 Lima disse que não se sentiu convencida quanto a prorrogação e questionou se existe alguma

765 medida para que não seja necessário prorrogar pelos 2 anos. O Conselheiro Daniel Faganello
766 explicou que todos os profissionais do CONFEA possuem habilitação para realizar adequações
767 quanto a acessibilidade e que em 2023 serão implementados cursos e capacitação de profissionais
768 exclusivos para a acessibilidade arquitetônica em edificações existentes, com duração contínua. Foi
769 questionado se existe uma previsão de profissionais capacitados até o final de 2023. Foi negado. O
770 Conselheiro Adinilson Marins dos Santos informou que estão em uma situação sem solução. Que
771 entende o CONFEA, mas trouxe outras vezes outras proposições com a mesma fundamentação, que
772 deve ser olhado os dois lados e ressaltou que os dados pouco mudaram no contexto anterior durante
773 e pós-pandemia. O Conselheiro Marcio Castro de Aguiar pontuou que pode ser necessário a
774 concessão de linhas de crédito em vez da prorrogação dos decretos ou sugestão de algum estudo. O
775 Presidente Cláudio de Castro Panoeiro explicou que existe a proposição de prorrogação do prazo e
776 apresentar os dados para o CONADE se debruçar. Todos aprovaram a proposição dos elementos
777 interessados trazerem os dados para fundamentação da proposta, não esgotando o tema. Foi iniciada
778 a votação sobre a proposta de incluir essa pauta na próxima reunião do CONADE, que ocorrerá em
779 março. Todos concordaram. O Conselheiro Jonas Pontes de Oliveira Brito informou que durante a
780 pandemia a igreja Assembleia prestou suporte as pessoas com deficiência e que deve ser tomado
781 cuidado quanto a fiscalização. Foi sugerido a apresentação dos dados antes da reunião para discutir
782 somente a deliberação na reunião. O Conselheiro Adinilson Marins dos Santos sugeriu a
783 apresentação e proposta do prazo mínimo. O Conselheiro Francisco Djalma de Oliveira sugeriu a
784 apresentação do percentual das adequações realizadas. O Conselheiro Daniel Faganello explicou
785 que de imediato podem verificar quantas ART's de cada estado foram realizadas no tocante a
786 acessibilidade e o que é novo e o que é antigo. Salientou que é observado em municípios a falta de
787 rigor técnico em muitas situações, que é trazido a situação de pequenas empresas e que podem
788 buscar prazos. Foi questionado que se existe uma relação com a qualidade e se existe um
789 cronograma um planejamento e o Conselheiro Daniel Faganello afirmou. O Conselheiro Daniel
790 Faganello informou que o CONFEA está trazendo uma preocupação dos profissionais, mas que não
791 irá trazer uma responsabilidade do governo federal, sendo uma solicitação infundada. Foi
792 ponderado que deve ser solicitado os dados a quem os possui. O Presidente Cláudio de Castro
793 Panoeiro esclareceu que o CONFEA não pode impor um plano de trabalho ao empresário e podem
794 ser trazidos dados das ART's, consideradas cumpridoras da legislação. Questionou se suprem as
795 manifestações das Secretaria de obras dos municípios, precisando de ofício para cada secretaria para

796 pedir informação. O Conselheiro Daniel Faganello negou, mas considera que conseguem filtrar
797 pelas ART's no CONFEA. O Conselheiro Geziel Bezerra da Silva ponderou que o CONFEA possui
798 autonomia para fazer a alteração do decreto sem passar pelo CONADE e que pedem o aval do
799 CONADE para fortalecer a justificativa. O Conselheiro Daniel Faganello clarificou que o CONFEA
800 possui acordo com o Ministério Público do Trabalho, a quem também será encaminhado a
801 solicitação e foi solicitado ao CONADE o apoio. Declarou que independente da posição do
802 CONADE, o CONFEA encaminhará a questão. O Presidente Cláudio de Castro Panoeiro explicou
803 que o CONADE é um órgão deliberativo e que entendeu que o CONADE necessita ter
804 conhecimento sobre o assunto, mas não vinculado ao CONFEA. Acrescentou que deliberaram sobre
805 a apresentação dos dados, visto que provavelmente a Secretaria será consultada. Iniciada a votação,
806 foi aprovado por todos a ampliação do debate para a próxima reunião. O Conselheiro Marcio Castro
807 de Aguiar propôs trazer um especialista para discutir os dados. Todos aprovaram a sugestão. O
808 Presidente Cláudio de Castro Panoeiro solicitou os nomes dos representantes de entidades que
809 participarão e discutirão o assunto. Ponderou sobre a importância de decidirem para outras pessoas
810 não decidirem pelas pessoas com deficiência. Dia 09/11/2022 – Tarde: O Presidente Cláudio de
811 Castro Panoeiro iniciou a reunião e sugeriu a inversão de pauta colocar as demandas da tarde e
812 depois as da manhã. Foi lido a pauta da reunião, sendo: 14h - Instalação do Plenário; 14h15 -
813 Carteira de Identificação da pessoa com transtorno do espectro autista (Ciptea)– Hisaac SNDPD;
814 15h – Instrução normativa nº 165 de 29 de setembro de 2022 – Acessibilidade nos Cinemas –
815 Sérgio Nascimento; 15h45 – Apresentação dos dados da Secretaria Nacional dos Direitos da Pessoa
816 com Deficiência; 16h30 – PL 2190 de 2019; 17h – SENACOM – rotulagem em braile de
817 medicamentos; 18h - Retorno sobre o caso da Conselheira Nancy. Foi iniciada a apresentação da
818 Carteira de Identificação da pessoa com transtorno do espectro autista (Ciptea). Foi apresentada a
819 situação quanto a legislação, pontos a observar, estrutura da proposta de minuta de decreto, âmbito
820 de aplicação, Sistema de Emissão da Cipeta e de Contagem das Pessoas com Transtorno do
821 Espectro Autista (SisTEA), Carteira de Identificação da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista
822 (Ciptea), documentos exigidos para a expedição, condições para expedição da CipTEA, modelo,
823 proposta de modelo impresso, renovações, informações, validade do CipTea, validação eletrônica
824 da CipTea. Em seguida a Conselheira Maria do Carmo Tourinho Ribeiro questionou se possui ideia
825 de quais estados que aderiram ou não a carteirinha e destacou sua preocupação quanto a validade e
826 o formato. O Conselheiro Geziel Bezerra da Silva questionou o responsável pelo funcionamento da

827 carteira, que o novo RG contemplará a pessoa com deficiência. Foi questionado se a atualização
828 mudará todas as situações ou somente uma foto ou de dados. Foi informado que existe carteirinha
829 em São Paulo. O Conselheiro Marcio Castro de Aguiar informou que no Rio de Janeiro criaram a
830 lei nº 9.425 sobre laudo permanente para pessoas com deficiência física, intelectual e mental.
831 Informou sobre a autenticidade pelo sistema e questionou o prazo. A Conselheira Livia Moura
832 Delfino dos Santos questionou a motivação da validade de 5 anos. Foi informado que alguns
833 estados manifestaram interesse quanto a adesão, que não possui a lista, mas pode disponibilizar
834 depois. Foi acrescentado que o Estado realiza a adesão de acordo com a iniciativa dele e o órgão
835 responsável pela deficiência poderá gerenciar. Informou que o crachá é apenas uma sugestão, que
836 pode ser transformado para PDF e podem atender a maior quantidade de sugestões possível. Quanto
837 a validade, foi declarado que atende a lei federal, artigo terceiro, e não altera a validade do laudo.
838 Informou que o custo seria responsabilidade dos estados e municípios e o ente decidirá qual emitir.
839 Quanto ao novo RG declarou que possui o símbolo, mas traz outras informações que não constam
840 no RG. Foi informado que o sistema precisa ser finalizado de acordo com a regulamentação, mas
841 que existe o sistema base. O Presidente Cláudio de Castro Panoeiro informou que a nova identidade
842 está regulamentada pelo decreto nº 10977 e foi solicitado algumas alterações no decreto a serem
843 analisadas. A Conselheira Denise Maria Rodrigues Costa questionou se haverá alguma
844 conectividade entre sistemas como a Conecta Suas. Foi respondido que está sendo analisada com a
845 ConJur por causa da Lei Geral de Proteção de Dados. A Conselheira Giovanna Brandão Silva Lima
846 questionou se cada estado terá autonomia para decidir quais informações constarão, se possui algo
847 visual de quais informações irão constar. Foi informado que será incluído dados obrigatórios da lei
848 federal e que serão analisados a inclusão de dados opcionais como nome social, tipo de responsável,
849 contato, se possui hipersensibilidade. O Conselheiro Décio Gomes Santiago ponderou sobre a
850 importância do banco de dados, que é discutido uma maneira de unificar as informações.
851 Parabenizou a iniciativa. Foi sugerido o formato de carteira. O Presidente Cláudio de Castro
852 Panoeiro ponderou que a ideia é unificar e que a ideia é vista um pouco no decreto nº 10977, porém,
853 a lei do autista nº 12.764/2012 não foi revogada, prevê a carteirinha, mas responsabiliza o gestor
854 pela contagem, sendo necessário discutir o decreto. Foi ressaltado o censo como estudo. O
855 Presidente Cláudio de Castro Panoeiro respondeu que o censo é atualizado e o decreto não é. Que a
856 ideia de unificar os dados é parecido com o novo RG, que a ideia era realizar um recorte dos dados,
857 que é possível o cruzamento de dados. Sobre o censo, pode acontecer de não identificar uma família

858 com pessoas com deficiência por causa da escolha do formulário, que é feita uma amostra.
859 Arrazou sobre o *Grupo de Washington*, que define critérios estatísticos em vários países. Foi
860 informado que a padronização evitará a negação do atendimento em outro estado e que poderão
861 apoiar as famílias. O Conselheiro Geziel Bezerra da Silva questionou o prazo para finalização e
862 como o município poderá aderir. Foi informado que haverá os prazos de tramitação da proposta e de
863 ajustes, com a expectativa de finalizar esse ano. A forma de adesão seria que os estados fariam a
864 adesão, indicam os pontos focais, verificam a operação e realizarão a capacitação. Foi informado o
865 processo de regularização em um estado e que buscarão acompanhar os entes. Foi acrescentado que
866 o estado pode articular com os municípios. O Presidente Cláudio de Castro Panoeiro ressaltou que a
867 lei do autista deve ser melhorada e agradeceu a palestra. Em seguida, foi apresentada a Instrução
868 normativa nº 165 de 29 de setembro de 2022 – Acessibilidade nos Cinemas pelo Sr. Sérgio
869 Nascimento. Iniciou explicou a IN Ancine nº 116/2014, a IN Ancine nº 128/2016, ARR nº 01-
870 E/2020 e IN Ancine nº 165/2022. O Conselheiro Roberto Paulo do Vale Tiné relatou sessão de
871 cinema que assistiu para pessoas com deficiência, em que era utilizado a interpretação de libras,
872 audiodescrição e legenda de maneira simultânea. Ressaltou a importância da universalização para a
873 acessibilidade, que houve dificuldade quanto a sincronia do áudio. Foi destacada que houve o
874 problema de áudio por estar sem fone. O Conselheiro Marcio Castro de Aguiar ponderou que a
875 ONCB gostaria de participar do teste, que existe problemas de sincronização, que se preocupam
876 com o artigo 5º que isenta multa as empresas de pequeno porte, que não foi feita consulta pública.
877 O Presidente Cláudio de Castro Panoeiro argumentou que o tratamento diferenciado as empresas de
878 pequeno porte está previsto na legislação. O Conselheiro Marcio Castro de Aguiar ponderou sobre o
879 tratamento diferenciado afetar as pessoas com deficiência. O Conselheiro Décio Gomes Santiago
880 arrazou que a norma sobre tratamento diferenciado foi inserida pela Instrução Normativa nº 148 de
881 2019 e foi replicada. Discorreu que a antiga norma existia uma limitação de quanto a receita bruta
882 anterior. Complementou que para a aquisição de equipamentos a situação melhorou. Foi sugerido
883 uma reunião sobre o assunto. O Presidente Cláudio de Castro Panoeiro informou que participou de
884 mais de uma reunião e que foi sugerido um canal de denúncias, com monitoramento da Ancine.
885 Informou que foi assumido o compromisso o acompanhamento de denúncias por parte da Ancine.
886 Foi sugerido o caso da conselheira Nancy e depois o assunto da Anvisa. Todos aprovaram a
887 sugestão. Foi explicado o caso da Conselheira Nancy, em que a Conselheira foi chamada pela
888 Secretaria Nacional do Consumidor para conversar, foi aberto um processo e a Companhia teve o

889 prazo para se manifestar em 10 dias e apresentou sua defesa. Explicou as fases do processo, sendo
890 que a primeira fase foi finalizada e que irão opinar sobre processo sancionador ou não para a
891 companhia. Sugeriu inserir a pauta na próxima reunião. Todos aprovaram a sugestão. Iniciou a
892 discussão sobre a rotulagem em braile, em que em 23 de agosto de 2022 foi realizado um seminário
893 pela Secretaria Nacional do Consumidor com as pessoas com deficiência e um dos problemas
894 apontados é a rotulagem em braile. Foi deliberado quanto a alteração da resolução 71, e atualmente
895 a ANVISA está revisando resoluções e essa resolução foi incorporada e que foi sugerido a inserção
896 do QR code. Foi sugerido e aprovado por todos a continuação do assunto na próxima reunião.
897 Depois foi iniciada a apresentação sobre o PL 2190 de 2019. O Conselheiro Francisco Djalma de
898 Oliveira explicou que o projeto foi aprovado na Comissão de Justiça, que versa sobre o emprego
899 apoiado. Sugeriu ressaltar ao Congresso a relevância do trabalho as pessoas com deficiência. O
900 Presidente Cláudio de Castro Panoeiro ressaltou que a maior dificuldade seria com o agente
901 facilitador, que foi sugerido ser realizado por pessoas físicas e entidades. O Conselheiro Marcio
902 Castro de Aguiar ponderou que o projeto pode ser aprovado até o fim do ano. O Presidente Cláudio
903 de Castro Panoeiro pontuou que a dificuldade seria reconhecer quem seriam os excluídos. Foi
904 ressaltada a importância do emprego apoiado, que possuem verbas, como o das multas. O
905 Presidente Cláudio de Castro Panoeiro relatou caso que não foi aprovada verba, sugeriu a renúncia
906 de receita. O Conselheiro Marcio Castro de Aguiar ponderou como solução o trabalho apoiado para
907 pessoas com deficiências sérias, mas que precisam de profissionais para atuar como facilitadores,
908 citou o artigo nº 37 da LBI. Foi ponderado que o trabalho apoiado auxilia as pessoas com
909 deficiência intelectual. O Conselheiro Francisco Djalma de Oliveira citou artigo 7º do projeto de lei,
910 o trabalho da FENAPAES de verificar empresas que precisam cumprir cotas de pessoas com
911 deficiência. O Presidente Cláudio de Castro Panoeiro relatou histórico. O Conselheiro Jonas Pontes
912 de Oliveira Brito questionou como criar sua própria empresa. O Presidente Cláudio de Castro
913 Panoeiro esclareceu que o SEBRAE atua no setor e sugeriu minuta sobre o artigo nº 37 da Lei. Em
914 seguida foi apresentado dados da secretaria sobre acessibilidade. Foi apresentado percentual de
915 pessoas com deficiência no Brasil, sobre a PNAD interligada a pessoas com deficiência, renda de
916 pessoas com deficiência, nível de empregabilidade, orçamento da Secretaria Nacional dos Direitos
917 da Pessoa com Deficiência, cadastro de inclusão, Sistema Nacional de Informações sobre
918 Deficiência, módulo sobre PCD na PNAD, Tratado de Marraqueche, livros acessíveis, isenção de
919 IPI e IOF na compra de veículos, isenção de imposto de renda para aposentados, crédito BB

920 acessibilidade, acessibilidade na web (VLibras), glossário com termos jurídicos de libras, nova
921 instrução normativa da ABNT sobre acessibilidade em aplicativos, Programa de Responsabilidade
922 Social e Inclusão do Consumidor com Deficiência, acessibilidade nos cinemas, equoterapia no
923 tratamento de pessoas com autismo, dados do Benefício de Prestação Continuada e auxílio inclusão,
924 Plano Nacional de Tecnologia Assistiva, política de cão-guia, com entrega de 8 cães-guias até
925 dezembro, disque 100, hospedagem nos hotéis, regulamentação de artigos da LBI, pessoas com
926 doenças raras, cursos, celebração da execução centralizada, medicamentos incorporados para
927 pessoas com doenças raras como a AME, cursos à distância, cartilhas. Com a palavra, o
928 Conselheiro Marcio Castro de Aguiar agradeceu o trabalho e destacou a importância do conselho. O
929 Conselheiro Geziel Bezerra da Silva parabenizou o trabalho do Presidente Cláudio de Castro
930 Panoeiro. A Conselheira Maria do Carmo Tourinho Ribeiro agradeceu. O Conselheiro Daniel
931 Faganello agradeceu e desejou sucesso. Foi parabenizado o trabalho do Presidente Cláudio de
932 Castro Panoeiro. A Conselheira Marcia Adão agradeceu a acolhida. O Conselheiro Décio Gomes
933 Santiago arrazoou sobre perfil de liderança do presidente e que o presidente ouviu muito o
934 conselho. O Presidente Cláudio de Castro Panoeiro fez relato pessoal. **ENCERRAMENTO:** Feitos
935 os agradecimentos e não havendo mais nenhum item a ser tratado, o Presidente Cláudio de Castro
936 Panoeiro agradeceu a presença de todos e encerrou a 130ª Reunião Ordinária do CONADE.

937

938

939

940

941

942

Cláudio de Castro Panoeiro

943

Presidente do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência - CONADE

944

945

946

947

948

Novembro de 2022